

ZÉ PRETO

Ninguém dava atenção a Zé Preto, mas ele e seu cachorro insistiam em me reconquistar com seus olhos penitentes. Tudo, no entanto, havia mudado. Eu já não dispunha de tempo livre como antes. Adulto, agora eu vivia apressado, cheio de tarefas no escritório. Mas insistiam, como se eu pudesse interceder por eles, em busca de um lugar em que ainda coubessem no mundo.

Sempre juntos, o velho manso, com seus passos miúdos, e o triste escudeiro, de olhos não ferozes e cauda intranqüila, que nem se atrevia a latir. Guardavam-se de maiores maltratos, de maus olhos, certas pedradas e quais descasos. Pior: agora estavam ameaçados de despejo. Queriam pôr Zé Preto no hospício e o cachorro porta afora. Entretanto, como separar tais criaturas que só sabiam existir um para o outro?

A vizinhança, totalmente renovada, agora os desconhecia. Queriam varrer os pobres da tapera triste, em plenas formas arruinadas por chuva, sol e janeiros. Eles eram considerados uma mancha feia naquela rua que cada vez mais se tornava chique. Os novos moradores os rejeitavam, pois que eram, muitos deles, bem empregados, alguns cheios de empáfia aos ventos. De fato, não era mais uma rua de gente pobre, como durante tantos anos, desde que Zé Preto se amoitara naquele canto.

Ele era de outras datas, na época das velhas vizinhanças. Desde sempre bem aceito e tratado, davam-lhe de comer, beber, vestir e remediar. Até sorrisos lhe sobravam. Minha mãe, enquanto viveu, esteve atenta a esses cuidados. Para ela, zelosa dos vizinhos mais humildes, Zé Preto era uma devoção diária. Como fornecia marmitta, mandava-me levar o almoço e a janta dele. Eu entregava o embrulho, com dois pratos fechados, um contra o outro, enrodilhados num pano de cozinha.

Zé Preto também recebia atenção de outros vizinhos. Tanto que não precisei continuar os cuidados; ele se arranjava com outras pessoas. Daí que fui esquecendo dos velhos tratos e, raramente, o via. E eram cada vez mais remotas suas aparições na rua. O cachorro certamente era outro, mas parecia o de sempre. Se me avistavam, insistiam em chamar minha atenção. Eu, no entanto, desviava deles os olhos e os passos. Cuidava de minha vida.

Esse homem, eis um ser discreto. Naquele tempo, ninguém triscava num sequer detalhe de sua história. Era sempre assim, de seu jeito, sem nenhum motivo que se comentasse. Provado manso, era circunspecto, por vez risonho, sobretudo divertido com as crianças. Ele gostava de brincar. Fazia carrinhos de madeira, toscos, desengonçados, que arrastava pela rua, barulhando. Ora engendrava algo como se parecesse um avião, um catavento de lata, que, se não voava, ao menos divertia ao rodopiar pelo terreiro.

Certas vezes, Zé Preto saía correndo pelas ruas, nas mãos uma tampa de lata, qual fosse um volante; buzina e fazia ruído de motor com a boca. Era o perfeito homem acriançado, bom de se gostar, sem travos nem receios. Os meninos íamos colher balas para guerra nas mamoneiras do seu quintal, sem que isso somasse riscos ao zelo das mães. Zé Preto era ajuizado, de confiança, incapaz de malfeitos ou abusos. Todos gostavam dele.

Dia a dia, o tempo salta e as pedras rolam. Os meninos da vizinhança crescemos, os velhos morreram. Muitos se mudaram, venderam as posses, foram-se embora. A cidade crescendo sempre, a rua foi ganhando novos donos, outras feições, pontos de comércio, asfalto, carros e transeuntes; uma gente estranha e apressada, em busca de outros tratos de viver e morar. Diante dos novos jeitos da rua, Zé Preto e sua casa foram-se tornando estranhos, exóticos, – ruínas indesejáveis.

Um boato ganhou as esquinas, correu a rua de ponta a ponta. Não achavam certo semelhante pessoa enfear a paisagem, ali morador, no horrível casebre em ruínas, cercado de mato. Aquilo desvalorizava a rua e as casas vizinhas. Era algo ruim de se ver, conviver e aceitar. Diante do caso, voltei a me preocupar com o velho amigo. Dei-me conta de que eu era o único remanescente dos jogos de gude, das brincadeiras de bola, picula e empinações de arraia, agora impossíveis na rua movimentada. Daqueles tempos, só eu e Zé Preto restávamos.

Entretanto, mantive-me discreto, ao largo dos comentários. Mas os mentores da campanha vieram me pedir apoio para desalojar o homem dali. Ora, eu não podia compartilhar uma ação contra Zé Preto. Discordei, defendi seu direito de permanecer no lugar. Eu trazia do tempo de infância uma atenção silenciosa pelo velho, e agora indesejado, morador da rua.

O fato me avivou a memória. De vagos registros, em calças curtas, me lembrava de haver brincado em seu terreiro, em seu quintal aberto. E mais: eu me

via em seu colo, minha mãe perto, mas nem aflita, pedindo, com muita calma, que ele me pusesse no chão. Zé Preto, então jovem, ria de me haver em seus braços. Um dia me levou para sua casa, para desespero discreto de minha mãe. Eu tinha uma vaga idéia de seu estranho lar por dentro, onde havia latas dependuradas, pequenas caixas de papelão, trastes espalhados – que me pareciam uma arte de fazer ruídos. Brinquei com aquelas coisas; bati lata com lata, juntei pedra com pedra, armei pilhas de gravetos, combinei cacos de vidro. Ele, muito atento, quase sempre calado, só me olhando e rindo. No seu tom encaulado, me dizia baixinho: “Oh, Zefizim”

Minha mãe tinha muito cuidado. Preenchia os tratos comigo, limitava meus vôos, vigiava-me os passos, quedas, cismas e vontades. Era rígida no trato, e firme nos exemplos. Mas aceitava que eu errasse, desde que soubesse o quanto, como então me explicava. Eu crescia pelos terreiros, de rua a rua. Zé Preto de vez em quando me tomava pelo braço, me dava os estranhos brinquedos de lata e de madeira, sem nenhum sentido de uso que eu imaginasse. Eram só mesmo de se pegar ou fazer barulhos. Minha mãe procurava evitar, escondia-me dele, dizia que eu estava na escola. Mas o vizinho acercava-se de nossa janela e me chamava pelo apelido inventado:

— Oh, Zefizim, vecê vem cá, vem brincar com eu, vecê vem...

O bom amigo, de voz e passos mansos, flagrava às vezes a inverdade. Seus olhos brilhavam, quando me descobriam. E eu, sem saber que minha mãe reprovava nossos encontros, até gostava de entrar naquelas ruínas. Eu tomava bons borrifos de chuva, boa aragem de vento, naquela ex-casa, quase mesmo a céu aberto.

O tempo agora era outro. Mas como eu poderia ser contra Zé Preto? Jamais. Ignorei o problema, embora notasse que as pessoas estavam determinadas a expulsá-los dali. Só espreitavam um pretexto, um deslize assim que fosse. Insinuavam que eram perigosos, que ameaçavam os passantes. Mentiras! O velho e o cachorro, amoitados no casebre, vigiavam a rua de longe, adivinhando os perigos através das frinchas das paredes arruinadas.

Um dia aconteceu o pior. Eu estava no escritório quando recebi um telefonema revelando o inexato. Eu fosse até lá urgente. Davam conta de que Zé Preto havia seqüestrado o filho da nova vizinha, levando-o para sua casa. As pessoas, instigadas contra ele, posicionavam-se em atitudes agressivas. Chamaram

a polícia e reclamaram providências para, segundo diziam, salvar a criança das garras do doido perigoso.

Eu corri de imediato para acudir Zé Preto. Era urgente livrá-lo daquele apuro. Eu sabia que ele, certamente revivendo estórias, queria apenas agradar o menino. Talvez sentisse saudade de brincar comigo.

Infelizmente, cheguei na hora máxima do tumulto. E não consegui evitar a tragédia. Alguém havia visto o cano de uma arma apontada para a rua, desde as ruínas. Houve correria, gritavam que Zé Preto ia atirar. Na confusão, ouviram-se dois tiros. E depois só silêncio e sobressalto. Imediatamente, corri para o casebre e vi a mesma cena que eu, em criança, também protagonizara. O menino, de uns cinco anos, entretido com os estranhos objetos, empunhava a velha arma de brinquedo. Ele havia apontado a arma para a rua pela grande frincha da parede.

De imediato, vi Zé Preto caído, seus frangalhos de roupa tingiam-se de vermelho. Na aflição, gritei que o tinham matado. Mas ele ainda estava morrendo. Corri para tentar ajudá-lo, em vão. Ele se apagava rápido. Ainda olhou piedoso para mim e para a criança, e murmurou sua velha frase, quase inaudível: “Oh, Zefizim” E calou, sem expressão nos olhos úmidos. Ajoelhei-me sobre ele, angustiado, e fechei seu olhar vazio. Zé Preto, morto. Eu fiquei perplexo, uma vida inteira ia repassando em minha memória. De pé, eu olhava o seu corpo, custava-me acreditar. O cachorro, num canto, acuado, rosnava baixinho. Apanhei o menino, trouxe-o para fora das ruínas. A mãe, em prantos, arrebatou o filho de meus braços e o apertou ao peito. A multidão em volta estava em silêncio, depois irrompeu, num vozerio abafado, com diversos comentários.

Zé Preto estava morto. A pior coisa estava feita, por dúvidas de um ato suspeito ou premeditado. Voltei às ruínas, e vi o velho cachorro junto ao dono. Lá fora, os curiosos se dispersavam. Eu me sentia num viés, entre uma grande perda e uma enorme culpa. Eu me atrasara por longos anos ou por um eterno minuto?

Zé Preto foi declarado morto em tumulto, num crime de autoria desconhecida. Fui ao centro, falei com autoridades e nada obtive de certo. Apenas aceleraram os papéis e dispensaram outras praxes. Um ser humano, morto de modo tão mesquinho, e constou que era apenas um doente mental sem dono. Eu, único vizinho do tempo em que Zé Preto era bem-quisto, sentia agora o dever de cuidar dele como se fosse gente minha. Tomei as providências normais para o seu enterro.

Entretanto, não fiquei sozinho nessa missão. Um homem grisalho, de jeito muito humilde, apareceu para cuidar do morto. Chegou trazendo um caixão simples numa carroça. Eu o acompanhei. Ele parou, me olhou fundo, apertou os olhos e indagou:

— Eu conheço o senhor de algum lugar?

— Creio que não – respondi convicto.

Ao ver o morto, o homem murmurou:

— Coitado de meu irmão.

Surpreso, examinei bem os seus traços. De fato, ele se parecia com Zé Preto, só que normal, sem aquele ar vago e manso, embora fosse um tipo circunspeto, sem dar trela a conversas compridas. Com minha ajuda, limpou o corpo do irmão, vestiu-lhe um traje que trouxera num embrulho. Daí fez a barba do morto, aparou seus cabelos, dando-lhe uma feição nova que me pareceu estranhamente familiar.

Em silêncio, preparamos o corpo e o ajeitamos no caixão. Ficamos ali, de guarda, durante algumas horas, num estranho e solitário velório. Sem uma palavra. Ele rezava em silêncio, e eu apenas recordava as boas passagens da vida.

No fim da tarde, colocamos o esquife na carroça e nos dirigimos ao cemitério. Tantas vezes eu levava alimento a Zé Preto. Agora uma prece lhe bastava. No fim do ato, quando acabamos de juntar terra à cova, o homem estendeu-me a mão. Ele me agradecia e, por fim, me indagava:

— O senhor sabe o que é feito do filho de José de Arimatéia de Jesus?

— De quem? – eu estranhei.

— Ele repetiu seu olhar para mim, firme, apontando para a sepultura com o queixo:

— De meu irmão.

— E ele teve um filho? – eu me espantava.

— Sim... Quando moço, ele teve um filho com uma vizinha.

Engoli em seco; balancei a cabeça negativamente. Ali mesmo nos despedimos. E eu prossegui minha vida, sempre calado, até que as palavras começaram a ressurgir com sutis insinuações. Aquelas ruínas me chamam, e eu preciso juntar pedra com pedra, arrumar os gravetos, combinar os cacos.

Aleilton Fonseca